



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau

ATA DE REUNIÃO

1. DADOS DA REUNIÃO CONJUNTA DOS COMITÊS ORÇAMENTÁRIOS E DE PRIORIZAÇÃO DE PRIMEIRO GRAU

- **Área Responsável pela Reunião:** COMPRIO/COMPTEM/TPLENO

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
01/09/2025	14h	09h48min	Videoconferência: https://meet.google.com/rcz-wxnd-qgq

2. MEMBROS DA REUNIÃO

Nome	Natureza
Desembargador José Ricardo Porto	Coordenador dos Comitês
Juiz Fábio Leandro de Almeida Cunha	Titular do Comitê de Priorização de 1º Grau
Juiz Giovanni Magalhães Porto	Titular do Comitê Orçamentário de 1º Grau
Juíza Ana Carmem Pereira Jordão Vieira	Titular do Comitê Orçamentário de 1º Grau
Altamir Pimentel de Alencar Filho - Representante de entidade de classe	Titular do Comitê Orçamentário de 2º Grau
João Ramalho Alves da Silva - Representante de entidade de classe	Titular do Comitê Orçamentário de 1º Grau
José Ivonaldo Batista - Representante de entidade de classe	Titular do Comitê de Priorização de 1º Grau
Servidor George Ivisson Vital Ribeiro	Titular do Comitê Orçamentário de 1º Grau
Servidora Débora Santos Saraiva	Titular do Comitê Orçamentário de 1º Grau
Servidor Ivandecarlos Mendonça Silva	Suplente do Comitê de Priorização de 1º Grau
Servidora Laura Lucena de Almeida Pessoa Pereira	Titular do Comitê de Priorização de 1º Grau
Servidor Newton Leal Costa Filho	Titular do Comitê de Priorização de 1º Grau
Servidor Robson Nery Pontes Wanderley	Titular do Comitê Orçamentário de 1º Grau
Servidor Thiago Areda da Silva	Titular do Comitê Orçamentário de 1º Grau
Servidor Vladinei Gonzaga Santos	Suplente do Comitê de Priorização de 1º Grau

3. PAUTA

Item	Descrição
1	Apresentação e aprovação da Proposta de Orçamento para o ano de 2026

4. RELATO DA REUNIÃO

Descrição
No dia 01 de setembro do ano de 2025, às 9 horas, reuniram-se, por videoconferência, os membros dos Comitês Orçamentários e de Priorização de 1º Grau do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), acima referidos, para a realização da primeira reunião conjunta do ano vigente. O Desembargador José Ricardo Porto abriu a reunião cumprimentando a todos(as) os presentes, passando a palavra para a servidora Laura.

Informações, debates e sugestões	Descrição
	A servidora Laura iniciou a apresentação informando que a reunião conjunta dos Comitês estava ocorrendo, após aprovação de proposta apresentada no Comitê de Priorização, realizada em 08/08/2025. A seguir a Dra. Izabel Vicente Izidoro informou que a reunião tinha como objetivo apresentar a proposta orçamentária do Tribunal de Justiça para 2026, com uma antecipação da análise pelo Tribunal Pleno para o dia 03/09/2025. Explicou que o projeto de lei orçamentária, após submissão aos comitês, é encaminhado ao Tribunal Pleno e, em seguida, ao Poder Executivo. Explicou, também, que devido a um impasse político entre a Assembleia e o Executivo, a proposta será enviada via ofício à SEPLAG antes do prazo da LDO para garantir a opção mais favorável ao Tribunal de Justiça da Paraíba Detalhou que a apresentação iniciaria pelo orçamento inicial geral, depois da justiça comum, em seguida o orçamento do Fundo Especial do Poder Judiciário (FEPJ), incluindo manutenção, engenharia e ESMA. Ela sugeriu uma pausa para perguntas após a apresentação da justiça comum, proposta que foi aceita pelo Desembargador José Ricardo Porto. Apresentou as diretrizes da proposta orçamentária, que foram construídas com base na observância das metas do PPA, diretrizes da LDO, cumprimento dos macrodesafios do CNJ para 2021-2026 e a missão institucional do Tribunal de Justiça, metas essas que incluem aumentar a produtividade, reduzir o congestionamento, e aumentar os índices de conciliação e transparência, além de focar na sustentabilidade fiscal e financeira e valorização dos servidores. Explicou que pela redação da LDO promulgada pela Assembleia, o Poder Judiciário da Paraíba terá uma atualização no orçamento do duodécimo, na ordem de 14.09%. Já a redação, com o veto do Governador ao parágrafo único do artigo 38 da LDO, só cresce na ordem de 4.83%, tendo como base de cálculo a suplementação ocorrida até o mês de junho de 2025. Explicou que, diante desse impasse, há dois cenários. No cenário A, considerando a LDO sancionada pelo Governador, considerando o orçamento de 2025 (na ordem de R\$ 895 milhões) mais a suplementação ocorrida até o mês de julho, totaliza R\$ 925 milhos (base de cálculo para aplicação do índice de 4,83%, resultando em R\$ 971.561.206,00 para o orçamento do tribunal na justiça comum (utilizado para pagamento pessoal) para o ano de 2026. Já no cenário B, pela LDO promulgada pela Assembleia Legislativa, o orçamento passará para R\$ 1.057.382.600,00, o que oferece maior conforto orçamentário para futuros projetos. Informou que a presidência pretende enviar o Cenário B à SEPLAG Esclareceu que, em ambos os cenários (A e B), 82% do orçamento discricionário, conforme prevê a Resolução 195 do CNJ, é destinado ao primeiro grau, mantendo a proporção entre o primeiro e o segundo grau e que tal proporção é baseada principalmente na distribuição de processos. Destacou que a diferença entre o Cenário A e B é de quase R\$ 86 milhões. Propôs aplicar um aumento proporcional em todas as rubricas, sendo, portanto, mais favorável, o cenário B. Disse que, considerando o impacto do aumento dos servidores em outubro. O Cenário B proporciona um orçamento confortável para o pagamento do PINAV, a implementação de um PCCR e o avanço nas demandas da magistratura. A seguir, foi aberto a palavra aos membros, para suas colocações. Altamir Pimentel, representante da ASSTJE, comentou que o governo perdeu o prazo de veto, o que solidifica o Cenário B. Izabel Vicente Izidoro confirmou que a proposta será enviada, via ofício, à SEPLAG, até 13 de setembro, para garantir o prazo e evitar questionamentos. José Ricardo Porto corroborou a decisão de enviar a projeção do Cenário B, considerando a perda de prazo do executivo. João Ramalho, representante do SINJEP, e Altamir Pimentel ratificaram a precisão da análise jurídica e política do Cenário B, considerando a excelente situação financeira do estado da Paraíba. João Ramalho questionou sobre uma conta jurídica do Poder Judiciário da Paraíba com 400 milhões ou 200 milhões, correndo juros, e lamentou a situação dos precatórios que estão, segundo ele, na UTI. A Dra. Izabel explicou que os precatórios estão em fase de transição para o sistema BRBJUS e que as contas serão zeradas, aguardando repasses do executivo. José Ivonaldo expressou preocupação com a indefinição entre os Cenários A e B, questionando se a situação se estenderá até janeiro e qual a solução para o impasse, dada a expressiva diferença de mais de 80 milhões. Ivandecarlos Mendonça reforçou a importância do Cenário B devido à perda de prazo do estado para vetar a LDO e perguntou sobre a possibilidade de concurso público e o impacto financeiro de um reajuste de 1% para servidores. A Dra. Izabel Vicente Izidoro informou que um aumento de 1% para servidores representa 7,5 milhões de impacto no orçamento. Laura e Newton Leal Costa Filho expressaram preocupação com o número de servidores, especialmente no primeiro grau, devido à adesão ao PINAV. Eles enfatizaram a necessidade de concurso público e a construção de um PCCR. Vladinei Santos priorizou a discussão e aprovação do PCCR, com a realocação de servidores, antes de pensar em concurso público. O Desembargador José Ricardo Porto esclareceu que a Dra. Isabel, na sua função de gestora financeira, não pode opinar sobre a realização de concurso público, mas sim sobre a

disponibilidade orçamentária. A Dra. Izabel, ~~desafiando~~ a fala do desembargador, confirmou que a DIFIN assegura recursos e faz projeções, mas informou que a presidência tem a intenção de realizar concurso público, e que já existem processos e grupos de trabalho já formados para tal fim. Newton Leal Costa Filho perguntou sobre a prioridade do reajuste remuneratório em março do próximo ano. A Dra Izabel Vicente explicou que isso será objeto de definição e que um aumento em março impactaria o PCCR, ressaltando que o recurso orçamentário é único e que o objetivo da gestão não é prejudicar os servidores. Altamir informou que o limite para o PCCR é junho do próximo ano, devido à Lei de Responsabilidade Fiscal, e que as discussões estão avançadas. João Ramalho afirmou que o SINTAJ já havia feito previsões com um técnico sobre o debate do PCCR e que o tribunal estava analisando o tema, prevendo uma discussão coletiva e aprovação em assembleias gerais. Newton Leal Costa Filho sugeriu a formação de uma comissão para o PCCR, o que João Ramalho indicou já existir no lado dos servidores. O Juiz Giovanni Magalhães Porto indagou acerca do estudo de impacto financeiro para incremento na remuneração dos assessores de primeiro grau. Dra. Izabel respondeu que os estudos foram feitos e apresentados ao Presidente do TJPB, esclareceu que a deliberação dependerá da solução dada ao orçamento, considerando, também, a criação de 150 vagas de assessores, por lei recém sancionada pelo governador, o que influencia a definição orçamentária. Em seguida, Dra. Izabel passou a detalhar a previsão da receita do FPJ, mencionando uma redução nas custas e taxas judiciais, e um aumento nos emolumentos. Ela destacou a realocação do contrato com o BRB para a fonte 501, visando melhorar a performance e a disponibilidade para despesas com pessoal. Ela explicou que, apesar da redução em algumas fontes, houve um crescimento geral de 13,35% na receita, mas uma retração de 11,23% (29 milhões) em 2026 comparado a 2025, devido à mudança do contrato do Banco do Brasil para o BRB, que oferece uma remuneração quatro vezes maior. Ela também mencionou a necessidade de suplementação do superávit para cobrir benefícios e custos de engenharia, e de que houve um aumento no orçamento da DITEC para implementar inteligência artificial e segurança da informação. Destacou investimentos de 500.000 reais na ESMA para o projeto "stricto juris", oferecendo 75 vagas em doutorado e mestrado para magistrados e servidores. Informou que o superávit atual de 66 milhões de reais será utilizado para demandas de engenharia e benefícios, e que o orçamento da engenharia, apesar de uma redução inicial, será complementado com superávit para obras como reformas de fóruns e construção de novos prédios. Detalhou o aumento do orçamento da DITEC de 40 para 52 milhões de reais, impulsionado por novas contratações. Listou investimentos em segurança da informação, como a renovação do Firewall (2 milhões), serviços de inteligência artificial (1,5 milhão), implantação de um data center secundário (2,4 milhões), e aquisição de câmeras 360 (3 milhões) para salas de audiência, totalizando 12 milhões em novos contratos. Dr. Giovanni questionou sobre a natureza bienal da renovação do Firewall e a segurança dos dados, e Izabel esclareceu que o tribunal possui contratos com serviços de nuvem, incluindo Google Workspace, balcão virtual e Amazon, para reforçar a segurança. Esclareceu que o gasto com o PINAV entra na rubrica de despesa com pessoal e não pode ser pago com recursos do fundo, seguindo as diretrizes do CNJ. Ela explicou que o tribunal possui duas fontes de recursos: a fonte 500 (ODO) e a fonte 501, proveniente do contrato com o BRB, que permite o pagamento de despesas com pessoal e não retorna ao tesouro. Newton Leal e Laura levantaram a preocupação de que o PCCR seja aprovado e enviado à Assembleia Legislativa até junho para evitar o período proibitivo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Dra Izabel Vicente confirmou que a proposta de lei deve ser encaminhada antes do recesso parlamentar, para cumprir os prazos legais. Laura propôs que membros dos Comitês Orçamentário e de Priorização participassem da comissão de estudo do PCCR, visando maior transparência e participação dos servidores. No entanto, Altamir e João Ramalho expressaram discordância, afirmando que as entidades já estão trabalhando em paralelo com o tribunal na elaboração do PCCR e que a participação dos Comitês seria desnecessária. Com relação ao orçamento, os membros votaram e aprovaram por unanimidade o Plano B, conforme proposta de Dra. Izabel Vicente Izidoro. O Desembargador José Ricardo Porto solicitou à Dra. Izabel que formalize a aprovação do Plano B pelo Conselho e Comitês. Ato contínuo, Ivandecarlos expressou preocupação com a saúde ocupacional dos servidores e a sobrecarga de trabalho devido à iminente saída de muitos, destacando a falta de sinalização para um concurso público. O Desembargador José Ricardo Porto respondeu que o presidente já havia determinado estudos nesse sentido e que o concurso será realizado, especialmente se o orçamento B prevalecer. A proposta de Laura para que membros dos comitês participassem da comissão do PCCR foi novamente discutida. Altamir Pimentel, João Ramalho e Vladinei Santos se manifestaram contrários à proposta. O Desembargador José Ricardo Porto sugeriu adiar a votação para a próxima reunião, a fim de buscar uma decisão harmônica e evitar divisões. Laura

Descrição mencionou as datas previstas para os próximos dias, 19 de setembro e 14 de novembro, mas Dra Izabel informou que estaria de férias em setembro e a Dra. Ana Carmem confirmou que existe um congresso de magistrados na mesma data. O Desembargador José Ricardo Porto pediu que fosse verificada uma nova data para o encontro.

Deliberações:

1. Aprovada, por unanimidade, a proposta de orçamento contido no Plano B, apresentada por Dra. Izabel Vicente Izidoro.

2. Suspensão da proposta, apresentada por Laura, para que membros dos Comitês Orçamentários e de Priorização do Primeiro Grau participem da Comissão do PCCR, instituída pelo TJPB, para votação na próxima reunião.

3. Alteração no calendário das próximas reuniões, cujas datas serão definidas e comunicadas, posteriormente, aos membros dos Comitês.

Após as deliberações, a reunião foi encerrada com agradecimentos do Desembargador José Ricardo Porto e votos de uma boa semana.

Reunião secretariada por Laura Lucena de Almeida Pessoa Pereira, conforme Resolução 26/2025, que alterou o art. 5º da Resolução 12/2014, e Romero Cavalcanti Gonçalves Júnior (COAPO – Comissão de Apoio aos Núcleos, Comitês e Comissões).

Ata validada por todos os membros presentes à reunião, **datada e assinada** eletronicamente pelo **Desembargador José Ricardo Porto**.

Desembargador José Ricardo Porto
Coordenador dos Comitês



Documento assinado eletronicamente por **Jose Ricardo Porto, Desembargador(a)**, em 04/09/2025, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpb.jus.br/autentica>, informando o código verificador **0263046** e o código CRC **0994D9C0**.